

PARTE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL

01 INTRODUÇÃO	29
1. Conceito de direito penal	29
2. Conceito de direito processual penal	31
2.1. Relação entre Direito Penal e Direito Processual Penal	32
2.1.1. Introdução: autonomia do processo e da execução penal.....	32
2.1.2. Por um sistema integrado de direito penal, processo e execução penal	35
2.1.3. Implicações de um sistema integrado.....	38
2.2. Conceito de Direito: limites de um conceito	40
2.3. Conceito de Direito: o Direito não existe	44
2.4. Leis são necessárias?	54
2.5. Direito e arte	56
2.5.1. Direito: uma ficção?	57
3. Direito penal, criminologia e política criminal	60
3.1. Direito penal e política criminal: há distinção realmente?	61
4. Direito penal e controle social	65
5. Direito penal e moral.....	66
5.1. Deus e o Direito	68
6. Caráter subsidiário do direito penal	71
7. Caráter fragmentário do direito penal.....	73
8. Ilícito penal e ilícito não penal.....	73
9. Legislação especial	74
10. Sobre a legislação em vigor	74
11. Contagem dos prazos penais e processuais penais.....	75
02 PRINCÍPIOS PENAIS	77
1. Introdução	77
1.1. Bem jurídico	80
2. Princípio de legalidade e irretroatividade da lei penal. <i>Nullum crimen, nulla poena sine praevia lege</i>	81
2.1. Tratado como norma penal incriminadora?	83
2.2. Princípio da taxatividade (certeza ou determinação).....	86
2.3. Princípios da anterioridade e da irretroatividade da lei penal.....	87
2.4. Leis penais em branco e o princípio da reserva legal	87

3.	Princípio da proporcionalidade (em sentido amplo).....	90
3.1.	Princípio da necessidade (<i>nullum crimen, nulla poena sine necessitate</i>)	91
3.2.	Princípio da adequação (ou exigibilidade ou idoneidade).....	91
3.3.	Princípio da proporcionalidade das penas (proporcionalidade em sentido estrito).....	92
3.4.	O princípio <i>ne bis in idem</i>	93
3.5.	Princípio da insignificância	94
4.	Princípio da humanidade.....	98
5.	Princípio da responsabilidade pessoal ou de culpabilidade	101
6.	Princípio de lesividade ou ofensividade.....	102
7.	Princípio da igualdade (ou isonomia)	104
8.	Direito e Interpretação	106
8.1.	Introdução	106
8.2.	Interpretar é compreender e argumentar.....	109
8.3.	O chamado círculo hermenêutico	111
8.4.	Limites da interpretação.....	116
8.5.	Interpretação e garantismo.....	118
8.6.	Prevalência da Constituição.....	120
8.7.	Existe a resposta juridicamente correta?.....	121
8.8.	Direito e analogia.....	126
8.9.	Analogia e interpretação analógica?.....	128
8.10.	Proibição de analogia?	130
9.	Concurso de tipos penais ou conflito aparente de normas.....	132
9.1.	Introdução	132
9.2.	Princípio da especialidade	134
9.3.	Princípio da subsidiariedade	135
9.4.	Princípio da consunção ou absorção.....	136
9.4.1.	Crime complexo ou composto.....	137
9.4.2.	Crime progressivo e progressão criminosa em sentido estrito	138
9.5.	Primazia do princípio da especialidade	138
	 03 A LEI PENAL NO TEMPO	139
1.	Princípio da legalidade e consectários lógicos: anterioridade e irretroatividade da lei penal mais severa	139
1.1.	Introdução	139
2.	Hipóteses de irretroatividade	140
2.1.	Neocriminalização (<i>novatio legis incriminadora</i>).....	140
2.2.	Lei nova mais severa (<i>novatio legis in pejus</i>).....	140
2.3.	Irretroatividade da jurisprudência?	141
3.	Hipóteses de retroatividade.....	142
3.1.	Descriminalização (<i>abolitio criminis</i>)	142
3.1.1.	<i>Abolitio criminis temporalis</i> ?	143
3.2.	Lei penal mais branda (<i>novatio legis in melius</i>)	144

4.	Combinação de leis penais (<i>lex tertia</i>)?	145
5.	Sucessão de leis penais: a lei intermediária	146
6.	Lei temporária e excepcional	146
7.	Irretroatividade da lei processual	147
8.	Irretroatividade da Lei de Execução Penal	151
9.	Leis penais em branco.....	152
10.	Aplicação da lei e <i>vacatio legis</i>	152
11.	Tempo do crime	153
 04 A LEI PENAL NO ESPAÇO		157
1.	Introdução	157
2.	Conceito de território	158
3.	Lugar do crime	158
4.	Extraterritorialidade	159
5.	Pena cumprida no estrangeiro	160
6.	Eficácia da sentença penal estrangeira.....	160
7.	Imunidade diplomática.....	161
8.	Extradição	162
8.1.	Extradição x entrega.	
	Outras formas de cooperação internacional.....	162

PARTE II – TEORIA DO DELITO

 01 INTRODUÇÃO GERAL.....		167
1.	Conceito e instrumentalidade da teoria do delito.....	167
1.1.	Crítica da razão técnico-jurídica.....	171
2.	Funcionalismo (sistema racional-final, teleológico ou funcional).....	175
3.	Evolução da teoria do delito: causalismo, finalismo e funcionalismo.....	178
3.1.	Introdução	178
3.2.	A teoria causal da ação (causalismo ou naturalismo)	178
3.3.	A teoria final da ação (finalismo)	179
3.4.	Funcionalismo.....	181
4.	Responsabilidade penal da pessoa jurídica	182
4.1.	Responsabilidade penal da pessoa jurídica nos tribunais superiores	187
 02 CONCEITO DE CRIME		189
1.	Introdução	189
1.1.	Posse de droga para consumo pessoal: descriminalização ou despenalização?	190
2.	Conceito doutrinário de crime.....	191
3.	Conceito analítico de crime.....	193
3.1.	Tipicidade	194
3.1.1.	Expansão do conceito de tipicidade	194
3.2.	Ilicitude	195

3.3. Culpabilidade.....	196
3.4. Relação entre os conceitos definitorial e analítico de crime.....	196
3.5. Elementos não valorativos do tipo?.....	197
 03 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE TIPO.....	199
1. Sistema tripartido: o tipo como indício de antijuridicidade.....	199
2. Sistema bipartido: a teoria dos elementos negativos do tipo.....	200
3. Posição aqui adotada: teoria dos elementos negativos do tipo (sistema bipartido).....	201
4. Teoria da tipicidade conglobante.....	203
5. Para uma configuração monista-funcional da teoria do delito.....	205
5.1. Culpabilidade como exigibilidade, tendo em vista os fins de prevenção geral e especial.....	206
5.2. Ainda o conceito analítico: o que há em comum e distinto entre as várias excludentes?.....	211
 04 CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES.....	219
1. Crimes dolosos, culposos e preterdolosos.....	219
2. Crimes materiais, formais e de mera conduta.....	220
3. Crimes comissivos, omissivos próprios e omissivos impróprios.....	221
4. Crimes comuns e especiais.....	222
5. Crimes principais e acessórios.....	222
6. Crimes instantâneos, permanentes e de estado.....	223
7. Crimes simples e compostos ou complexos.....	225
8. Crimes de dano e de perigo.....	226
8.1. Constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato.....	227
9. Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	228
10. Crimes de ação única e de ação múltipla.....	228
11. Crimes habituais.....	229
11.1. Crime habitual impróprio?.....	230
 05 CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA.....	233
1. Introdução.....	233
2. Teoria da equivalência dos antecedentes causais ou da <i>conditio sine qua non</i>	234
2.1. Alcance.....	235
2.2. Interrupção do processo causal.....	235
2.2.1. Causas absoluta e relativamente independentes.....	235
2.2.2. Causas absoluta e relativamente independentes: irrelevância da distinção.....	236
2.2.3. Causa superveniente relativamente independente.....	237
3. Crítica à teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	238
4. Relação causal nos crimes omissivos.....	239
4.1. Crimes omissivos próprios e omissivos impróprios: distinção.....	240
4.2. Causalidade nos crimes omissivos impróprios: requisitos.....	241
4.3. Dolo e culpa nos crimes omissivos.....	243

4.4. Inconstitucionalidade dos crimes omissivos impróprios?	244
5. A moderna teoria da imputação objetiva.....	247
5.1. Significado e posição sistemática	247
5.2. Conceito de risco permitido.....	248
5.3. Crítica à teoria da imputação objetiva	249
5.4. Conclusão.....	251
 06 TEORIA DO DOLO	253
1. INTRODUÇÃO	253
2. DOLO: CONCEITO E ELEMENTOS	256
3. ESPÉCIES.....	258
4. Dolo eventual e culpa consciente.....	260
4.1. Dolo eventual e culpa consciente: teorias.....	263
5. Dolo e consciência da ilicitude: dolo normativo versus dolo natural	265
5.1. Conceito que adotamos: dolo é <i>dolus malus</i>	266
6. Atualidade do dolo.....	269
7. Elementos subjetivos do tipo?	270
8. Crime qualificado pelo resultado: preterdolo ou preterintencionalidade.....	271
8.1. Inconstitucionalidade dos crimes qualificados pelo resultado?.....	273
9. Ausência de dolo: erro de tipo	274
9.1. Erro de tipo ou erro de proibição?	276
9.2. Espécies de erro de tipo: erro inevitável e evitável	277
10. Ausência do conhecimento da ilicitude do fato: erro de proibição.....	277
10.1. Conceito.....	277
10.2. Espécies de erro: inevitável e evitável.....	279
10.3. Posição sistemática	279
10.4. Desconhecimento da lei e desconhecimento da ilicitude do fato: distinção...	279
10.5. Objeto da consciência da ilicitude	281
10.6. Divisibilidade do erro	281
11. Erro sobre causas de justificação (descriminantes putativas).....	282
11.1. Conceito.....	282
11.2. Espécies: erro inevitável e evitável.....	283
11.3. Descriminantes putativas por erro de proibição	283
11.4. Posição sistemática	284
12. Unificação dos erros.....	285
13. Erro provocado por terceiro	288
14. Erro sobre a pessoa (<i>error in persona</i>) e <i>aberratio ictus</i>	289
14.1. Erro sobre a pessoa e processo penal.....	291
14.2. Crítica da teoria da equivalência.....	292
15. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio delicti</i>).....	294
 07 TEORIA DO CRIME CULPOSO	297
1. Introdução	297

2.	Excepcionalidade do crime culposo.....	298
3.	Conceito de culpa: requisitos	298
4.	Princípio da confiança.....	301
5.	Estrutura do crime culposo	301
5.1.	Estrutura do crime culposo: excludentes de ilicitude e culpabilidade	303
6.	Espécies: culpa consciente e culpa inconsciente.....	304
7.	Imprudência, negligência e imperícia	305
8.	Autocolocação em perigo.....	306
 08 CONSUMAÇÃO E TENTATIVA		309
1.	Introdução	309
2.	Crime consumado: significado.....	310
2.1.	Consumação nos crimes materiais, formais, de mera conduta e outros	311
3.	Consumação e exaurimento	311
4.	Tentativa: conceito e requisitos.....	312
4.1.	Tentativa e dolo eventual: incompatibilidade?	313
4.2.	Preparação e tentativa: distinção.....	314
4.3.	Crimes que não admitem tentativa.....	317
4.4.	Punição da tentativa: fundamento político-criminal	317
4.5.	Tentativa e princípios da ofensividade e proporcionalidade.....	318
5.	Desistência voluntária	320
6.	Arrependimento eficaz.....	321
6.1.	Posição sistemática	322
7.	Tentativa inidônea ou crime impossível.....	323
8.	Flagrante provocado, esperado, ação controlada etc.....	323
9.	Arrependimento posterior	325
 09 AUTORIA, COAUTORIA E PARTICIPAÇÃO		329
1.	Introdução	329
2.	Conceito e <i>iter criminis</i>	329
3.	Requisito: adesão subjetiva ou nexó psicológico.....	330
3.1.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	332
4.	Autoria e participação: distinção.....	333
4.1.	Teoria unitária (ou monista).....	334
4.2.	Teoria objetivo-formal	335
4.3.	Teoria subjetiva.....	335
4.4.	A teoria do domínio do fato	336
4.5.	A teoria do domínio do fato segundo Roxin	337
5.	Formas de autoria.....	340
5.1.	Autoria segundo Roxin	340
5.1.1.	Formas de autoria mediata.....	342
5.2.	Coautoria.....	342
5.3.	Coautoria em crimes culposos	343

5.4. Autoria mediata.....	345
5.5. Autoria mediata por domínio de aparato organizado de poder?	346
6. Participação (em sentido estrito): acessoriedade	348
6.1. Adoção da teoria da acessoriedade extremada da participação	349
7. Formas de participação: instigação e cumplicidade.....	351
8. Coautoria e participação nos crimes omissivos	351
9. Participação de menor importância.....	352
10. Participação dolosamente diversa (ou desvio subjetivo de conduta).....	353
11. Comunicabilidade das circunstâncias de caráter pessoal.....	354
 10 CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO OU EXCLUDENTES DE ILICITUDE.....	357
1. Introdução	357
2. Requisito subjetivo nas causas de justificação.....	358
3. Excesso nas causas de justificação.....	359
4. Efeitos	360
5. Erro sobre causas de justificação	361
6. Causas de justificação em espécie	362
6.1. Legítima defesa.....	362
6.1.1. Requisitos	363
6.2. Estado de necessidade.....	368
6.2.1. Significado e posição sistemática.....	368
6.2.1.1. Estado de necessidade como excludente do crime	369
6.2.2. Requisitos	370
6.3. Estrito cumprimento do dever legal.....	373
6.4. Exercício regular de direito.....	374
6.5. Consentimento válido do ofendido.....	374
 11 TEORIA DA CULPABILIDADE: CAUSAS DE EXCLUSÃO DE CULPABILIDADE.....	377
1. Introdução	377
1.1. Conceito e elementos	379
1.2. Neurociência e culpabilidade.....	380
1.3. Direito penal indígena.....	383
1.3.1. Jurisdição penal indígena	383
1.3.2. Responsabilidade penal do índio	386
2. Culpabilidade segundo a doutrina causalista: concepção psicológica da culpabilidade	388
3. Concepção normativa da culpabilidade	389
4. Culpabilidade segundo a doutrina finalista: concepção normativa pura.....	390
5. Culpabilidade segundo o funcionalismo: culpabilidade como limite à prevenção...	390
6. Causas de exclusão de culpabilidade em espécie.....	393
6.1. Inimputabilidade decorrente de alienação mental	395
6.1.1. Significado e pressupostos	395

6.1.2. Efeito	397
6.1.3. Redução de pena no caso de imputabilidade diminuída.....	398
6.2. Menoridade penal	398
6.3. Coação moral irresistível (CP, art. 22).....	399
6.4. Obediência hierárquica (CP, art. 22).....	400
6.5. Embriaguez	401
6.5.1. Embriaguez involuntária	402
6.5.2. Embriaguez voluntária.....	402
6.6. Emoção e paixão.....	404
 12 CONCURSO DE CRIMES	407
1. Concurso material (ou real): pluralidade de ações e crimes	407
2. Concurso formal (ou ideal): unidade de ação e pluralidade de crimes	408
3. Crime continuado: pluralidade de ações e unidade de crime.....	409
3.1. Requisitos.....	410
3.2. Estupro e atentado violento ao pudor na Lei nº 12.015/2009.....	411
3.3. Pena.....	412
3.4. Crime continuado específico	413
3.4.1. Pena	414

PARTE III – CONSEQUÊNCIAS JURÍDICO-PENAIIS

 01 CONSEQUÊNCIAS JURÍDICO-PENAIIS DO CRIME: FUNÇÕES DO DIREITO PENAL (TEORIAS DA PENA)	417
1. Introdução	417
 02 TEORIAS LEGITIMADORAS.....	421
1. Teorias absolutas	421
1.1. Crítica.....	423
2. Teorias relativas (prevenção geral e prevenção especial) ou prevencionistas	423
2.1. Introdução	423
2.2. Prevenção geral negativa	424
2.2.1. Crítica	424
2.3. Prevenção geral positiva	425
2.3.1. Crítica	426
2.4. Prevenção especial ou individual.....	428
2.4.1. Crítica	429
3. Teorias ecléticas (ou unitárias ou mistas)	430
3.1. Introdução	430
3.2. A teoria dialética unificadora de Claus Roxin	431
3.3. O garantismo de Luigi Ferrajoli.....	432

 03 TEORIAS DESLEGITIMADORAS: ABOLICIONISMO E MINIMALISMO RADICAL	437
1. Introdução	437
1.1. O crime não existe: caráter definitório do delito	437
1.2. Inidoneidade preventiva ou motivadora	438
1.3. Excepcionalidade da intervenção penal – as cifras ocultas da criminalidade.	439
1.4. Igualdade formal versus desigualdade material: seletividade arbitrária do sistema penal.....	439
1.5. Caráter consequencial (sintomatológico), e não causal (etiológico), da intervenção penal	441
1.6. Caráter criminógeno do sistema penal.....	441
1.7. Reificação do conflito (do delito): neutralização da vítima pelo sistema penal.....	441
1.8. O sistema penal intervém sobre pessoas e não sobre situações	442
2. Conclusão.....	443
 04 DA PENA.....	447
1. Conceito, fins e limites	447
 05 PENA DE PRISÃO.....	449
1. Falência da pena de prisão?	449
 06 INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL DA PENA	451
1. Significado e importância	451
1.1. Individualização da pena e pessoa jurídica.....	453
2. Individualização e garantismo	453
2.1. Concurso de agentes e concurso de crimes.....	455
2.2. <i>Emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	456
2.3. Pode o juiz condenar sem que haja pedido de condenação?.....	456
2.3. Processo e fixação da pena	459
3. Pode o juiz fixar pena abaixo do mínimo legal?.....	460
4. Erros frequentes na aplicação da pena	463
4.1. Modelo de sentença	466
 07 MÉTODO DE FIXAÇÃO DA PENA	469
1. Primeira fase: fixação da pena-base.....	470
2. Segunda fase: fixação da pena provisória.....	472
2.1. Concurso de agravantes e atenuantes.....	472
2.2. Qualificadoras e agravantes.....	473
3. Terceira fase: fixação da pena definitiva.....	473
3.1. Causas de aumento de pena e qualificadoras: distinção	473
3.2. Limites máximos e mínimos decorrentes das causas de aumento e diminuição	474
3.3. Concurso de causas de aumento e diminuição de pena: possibilidades	475

 08 DE COMO SE PROCEDE AO CÁLCULO DA PENA	477
 09 MÉTODO PARA INCIDÊNCIA DAS CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO	479
 10 CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS EM ESPÉCIE	481
Introdução	481
1. Culpabilidade	481
2. Antecedentes do réu	483
3. Conduta social.....	484
4. Personalidade do réu	485
5. Motivos do crime	486
6. Circunstâncias e consequências do crime	486
7. Comportamento da vítima.....	487
 11 SEGUNDA FASE: FIXAÇÃO DA PENA PROVISÓRIA	489
 12 CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES EM ESPÉCIE	491
Introdução	491
1. Reincidência.....	491
2. Motivo fútil ou torpe.....	496
3. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime.....	496
4. Traição, emboscada, dissimulação ou qualquer recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido	497
5. Emprego de veneno, explosivo etc.	498
6. Embriaguez preordenada.....	498
7. Ascendente, descendente, irmão ou cônjuge	498
8. Contra criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida	499
9. Abuso de poder ou violação inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão	500
10. Ofendido sob proteção de autoridade.....	501
11. Ocasão de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido	501
12. Abuso de autoridade ou prevailecimento de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica	501
13. Agravantes em concurso de pessoas	502
13.1. Agente que promove, organiza a cooperação ou dirige a atividade dos demais agentes	502
13.2. Agente que coage ou induz outrem à execução material do crime.....	502
13.3. Agente que instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.....	503
13.4. Paga ou promessa de recompensa.....	503
 13 CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES EM ESPÉCIE.....	505
1. Introdução	505

2.	Idade do agente	505
3.	Desconhecimento da lei	506
4.	Motivo de relevante valor social ou moral.....	506
5.	Evitação das consequências ou reparação do dano.....	507
6.	Coação resistível, cumprimento de ordem hierárquica etc.	507
7.	Confissão espontânea.....	507
8.	Influência de multidão em tumulto, se não o provocou.....	509
 14 	REGIMES PRISIONAIS	511
1.	Progressão e regressão de regime	511
1.1.	Regime disciplinar diferenciado	514
2.	Progressão nos crimes hediondos	515
3.	A nova progressão de regime – Lei nº 13.964/2019.....	516
3.1.	Introdução	516
3.2.	Crimes não hediondos.....	516
3.3.	Crime hediondos e equiparados etc.	517
3.4.	Condenada gestante e afins.....	518
4.	Execução provisória da sentença	519
4.1.	Introdução: execução pro reo.....	519
4.2.	Execução provisória pro societate	520
4.3.	Execução imediata das condenações do júri?.....	522
4.4.	A prisão preventiva obrigatória da lei anticrime.....	524
 15 	DETRAÇÃO.....	525
1.	Conceito e cabimento.....	525
2.	Detração e medidas cautelares diversas	526
3.	Conexão processual.....	526
 16 	DIREITOS E DEVERES DO CONDENADO	529
 17 	REMIÇÃO	533
 18 	LIMITE MÁXIMO DA PENA DE PRISÃO.....	535
1.	Significado e justificação.....	535
2.	Alcance.....	536
3.	Superveniência de nova condenação.....	537
 19 	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	539
1.	Introdução	539
1.1.	A pena de prisão como pena alternativa	540
2.	Requisitos para a substituição	542
2.1.	Vedação de pena restritiva de direito na Lei de Drogas.....	546
3.	Conversão em pena privativa da liberdade	548
4.	Penas restritivas de direito em espécie.....	549

4.1. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	549
4.2. Interdição temporária de direitos	550
4.3. Limitação de final de semana	553
4.4. Perda de bens e valores.....	553
4.5. Prestação pecuniária	554
4.5.1. Substituição por prestação de outra natureza	554
4.6. Multa substitutiva	555
 20 PENA DE MULTA.....	557
1. Significado e crítica	557
2. Individualização da pena: limites máximo e mínimo	558
3. Pagamento e execução da multa	559
 21 MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	561
1. Conceito e pressupostos	561
1.1. A Lei de Reforma Psiquiátrica ou Lei Antimanicomial.....	564
2. Finalidade.....	566
3. Prazos máximo e mínimo.....	567
4. Penas e medidas de segurança se distinguem realmente?.....	568
4.1. Natureza jurídica da sentença	571
5. Espécies.....	571
5.1. Conversão regressiva e progressiva.....	572
6. Extinção	573
 22 SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA – Sursis.....	575
 23 LIVRAMENTO CONDICIONAL	579
1. Conceito e requisitos.....	579
1.1. Pena igual ou superior a dois anos.....	580
1.2. Cumprimento de parte da pena	581
1.3. Reincidência específica em crime hediondo e afins	582
1.4. Reparação do dano.....	583
1.5. Presunção de não reincidência.....	583
1.6. Bom comportamento etc.....	583
2. Revogação do livramento.....	584
2.1. Revogação obrigatória	584
2.2. Revogação facultativa.....	584
2.3. Efeitos da revogação.....	585
3. Extinção da pena	586
 24 DA AÇÃO PENAL.....	587
I. Ação penal.....	587
1. Introdução: conceito, espécies etc.....	587
2. Ação penal em crime de estupro qualificado etc	589

3.	Ação penal pública	591
4.	Princípios – ou regras – que regem a ação penal pública	591
4.1.	Princípio da obrigatoriedade?	592
5.	Ação penal pública condicionada: retratação da representação	593
6.	Ação penal (de iniciativa) privada	594
7.	Ação penal (de iniciativa) privada subsidiária	595
8.	Decadência e preempção	595
 25 	CAUSAS DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE	597
1.	Introdução	597
2.	Causas de extinção em espécie	599
2.1.	Morte do agente	599
2.2.	Anistia, graça e indulto	600
2.2.1.	Quais são os limites do indulto?	601
2.3.	Preempção	605
2.4.	Retratação	605
2.5.	Perdão judicial	606
2.6.	Abolitio criminis e outras	606
2.7.	Prescrição	607
2.7.1.	Conceito e fundamento	607
2.7.2.	Espécies de prescrição	609
2.7.3.	Prazos	610
2.7.3.1.	Prescrição e detração	611
2.7.3.2.	Prescrição da Medida de Segurança	612
2.7.3.3.	Prescrição da pena aplicável à pessoa jurídica	613
2.7.4.	Causas de aumento e de diminuição de pena	614
2.7.5.	Reincidência	614
2.7.6.	Concurso de crimes	615
2.7.7.	Prescrição (ordinária) da pretensão punitiva	615
2.7.8.	Prescrição (extraordinária) retroativa e superveniente	615
2.7.9.	Prescrição retroativa antecipada	617
2.7.10.	Termo inicial da prescrição	618
2.7.11.	Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva	618
2.7.12.	Termo inicial da prescrição da pretensão executória	619
2.7.13.	Causas impeditivas ou suspensivas da prescrição	622
2.7.14.	Causas interruptivas da prescrição	623
 26 	DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO	629
1.	Significado	629
2.	Efeitos genéricos	629
2.1.	Efeitos civis da sentença penal	629
2.1.1.	Introdução	629
2.1.2.	A sentença condenatória como título executivo judicial	630

2.1.3. Efeitos civis da sentença penal absolutória	631
2.2. Confisco em favor da União dos instrumentos e produtos do crime	634
3. Efeitos específicos.....	635
3.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	636
3.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	636
3.3. Inabilitação para dirigir veículo	637
4. O confisco especial da Lei anticrime	637
4.1. Sentença condenatória	637
4.2. Condenação por crime que comine pena superior a 6 anos de reclusão.....	638
4.3. Crimes que produzam enriquecimento ilícito.....	638
4.4. Incompatibilidade entre o patrimônio lícito e o patrimônio real	638
4.5. Pedido expresso na denúncia ou queixa	639
 27 REABILITAÇÃO	641
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	645